

27 ABR 1994

Márcio Moreira Alves

■ DE BRASÍLIA



O nervo da guerra

Napoleão dizia ser o dinheiro o nervo da guerra. E, também, o nervo da política. Na verdade, o que se discute quando da tramitação de um projeto de lei, a não ser que se trate das garantias gerais da cidadania, são interesses econômicos. Cada deputado, cada bancada estadual, procura atender às reivindicações específicas do setor social ou da região que representa. Para isto, aliás, foram criados os parlamentos.

No **taxation without representation**, nada de imposto sem uma representação dos cidadãos, foi o lema da Revolução Americana, que começou quando a população de Boston jogou ao mar uma carga de chá sobre a qual a coroa inglesa estabelecera um imposto, sem o consentimento dos súditos americanos. O **Boston Tea Party**, nome com que o episódio passou para a História, foi a dramatização de uma reivindicação econômica que está na raiz da independência das colônias de todas as Américas.

A implantação do real, etapa final do plano de estabilização, é refém do direito que têm os congressistas de defenderem interesses setoriais. A chamada **bancada ruralista**, composta por 206 parlamentares que representam os agricultores, coloca como condição para votar a Medida Provisória 457, a da URV, a solução de uma pendência que se arrasta desde março de 1990. Sem a aprovação do Congresso, o ministro Ricupero diz que não implantará o real.

Os agricultores foram prejudicados pelo descasamento entre as taxas de juros, cobradas pelo Banco do Brasil e por bancos particulares sobre empréstimos que haviam contraído durante o Plano Collor, e os preços mínimos garantidos às suas colheitas. Essa diferença foi de cerca de 40%, e teve duas consequências apuradas por uma CPI: arruinou muita gente e multiplicou por dez os índices de inadimplência junto à carteira agrícola do Banco do Brasil. Paralelamente, o fundo de seguro que garante as colheitas de quem toma dinheiro emprestado para plantar, o Proagro, falhou, deixando de pagar cerca de 500 milhões de dólares aos agricultores prejudicados por secas, enchen-

tes e outros acidentes no curso das safras.

Acertar essas pendências é necessário para normalizar a vida dos principais responsáveis pela produção de arroz, feijão, milho e soja, que são os tomadores de empréstimos junto à rede bancária. Trata-se de uma reivindicação pluripartidária, como se constata pelo exame da composição da frente gaúcha, a mais ativa neste combate, onde agem em conjunto deputados do PMDB, do PPR e do PDT.

A equipe econômica, pressionada, tem procurado encontrar saídas para o impasse, que envolve não só o Banco do Brasil como ainda o BNDES, que tem uma linha de crédito para a compra de equipamentos chamada Finame Rural, a Receita Federal, as assessorias jurídicas de todos os interessados etc. etc. Há problemas técnicos complicados, como o tratamento a dar aos que pagaram o que se lhes cobrava em relação aos que não pagaram. O crédito agrícola tem um cadastro parecido com o SPC, Serviço de Proteção ao Crédito, o Cadin, que impede a concessão de novos empréstimos a quem deixou de pagar compromissos anteriores, e discute-se também como dele retirar os que foram vítimas do tal descasamento entre juros e preços mínimos. Difícil, mas não impossível de se resolver. Só que, aparentemente, há um problema de tempo: a urgência para a votação da MP 457, enquanto há ainda possibilidade de se reunir quoruns altos em Brasília, se choca com a complexidade do problema do crédito para a agricultura.

O nervo da guerra impulsiona também o posicionamento de partidos interessados em mudanças da ordem econômica da Constituição. No entanto, já convencidos da impossibilidade de aprovar alguma coisa sem um acordo amplo, políticos experientes, como Marco Maciel, já se conformam em deixar esses assuntos para o ano que vem.

Fica a indagação: em nome de legítimos interesses setoriais, a bancada ruralista terá o direito de colocar em risco um plano que interessa ao conjunto da economia? Resposta nos próximos capítulos da novela parlamentar.